

Resumo do  
Relatório Anual

# ISBRE

2019

**ISBRE**  
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR



## Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE

### RELATÓRIO ANUAL DE 2019

O Relatório Anual, além de ser uma exigência legal, constitui importante instrumento de divulgação de informações a respeito da gestão dos planos de benefícios aos participantes e assistidos.

Desde 2015, são divulgadas as versões completa e resumida do Relatório Anual, podendo ambas ser encontradas no site do ISBRE, na área de acesso restrito a participantes e assistidos.

Na versão completa são apresentados, de forma detalhada, informações sobre a gestão de benefícios, administrativa, financeira e de investimentos, tendo por base demonstrações contábeis, pareceres e dados sobre a situação financeira, patrimonial e atuarial dos planos.

O presente documento apresenta, de forma objetiva, informações resumidas sobre o desempenho dos planos, buscando facilitar o acesso às informações mais relevantes acerca dos principais resultados dos planos de benefícios administrados.

Boa leitura!

## Composição dos Conselhos em 31/12/2019

### CONSELHO DELIBERATIVO

Tarcísio Jaime Herdt – Presidente  
André Lopes Falcão  
Lauro Nestor Renck

Lisiane M. Astarita de Limas  
Miguel Fernando de Oliveira  
Werner Tschoeke

### CONSELHO FISCAL

#### Titulares

Thaís Paola Grandi - Presidente  
Fernando Luiz Motta Dos Santos  
Guilherme Blessmann Ferreira  
Rogério Gomes Penetra

#### Suplentes

Andre Luis Moller  
Itagibe Barbosa Lohmann  
Rafael Carneiro Abrahão  
Vitória Almeida Lunardelli

## Diretoria Executiva em 31/12/2019

Argus Ruy Guex de Oliveira  
Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência

Carlos Renato Salami  
Diretor Financeiro e de Investimentos

## Mensagem da Diretoria Executiva

### Resultado dos Investimentos em 2019

O ano de 2019 foi marcado pela piora da atividade econômica em nível mundial e pela categórica reação de política monetária dos bancos centrais ao redor do mundo. A intensificação do conflito comercial entre os EUA e a China contribuiu de forma importante para este cenário. Entretanto, no final do ano evidenciou-se alguma dissipação dos riscos, bem como a melhora das perspectivas quanto a retomada da atividade.

No Brasil, o avanço na agenda de reformas abriu espaço para a queda sem precedentes das taxas de juros, o que contribuiu para que a recuperação da economia brasileira começasse a ganhar mais tração a partir do segundo semestre de 2019, mas o ritmo de crescimento novamente se mostrou mais lento do que o esperado. A elevada ociosidade presente na economia fez com que a inflação se mantivesse abaixo do centro da meta de inflação pelo quarto ano consecutivo, apesar da desvalorização cambial observada no período.

O ritmo modesto de recuperação da atividade econômica, a ausência de pressões inflacionárias e os avanços na agenda de reformas fiscais permitiram a redução da taxa de juros neutra da economia brasileira,

abrindo espaço para o Banco Central promover afrouxamento monetário adicional, fazendo com que a taxa Selic encerrasse o ano em 4,25% a.a.

Em termos de precificação de ativos, os índices de mercado que referenciam as principais classes de ativos de risco domésticos apresentaram ótimo desempenho no ano passado, refletindo a melhora das condições macroeconômicas e de mercado descritas acima. Na renda fixa, o IRF-M (Índice de Renda Fixa da Anbima), que referencia o desempenho dos títulos prefixados, acumulou rentabilidade de 12,03%, o IMA-B (Índice de Mercado da Anbima – Série B), que referencia o desempenho dos títulos indexados à inflação, apresentou rentabilidade de 22,95% e o CDI, por sua vez, acumulou rentabilidade de 5,97%. No mercado de ações, o desempenho foi ainda melhor, com o Índice Ibovespa acumulando rentabilidade de 31,58% e, no mercado de moedas, o dólar se valorizou 4,02% em relação ao real em 2019.

O Plano de Benefícios I encerrou o exercício de 2019 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 1.110,9 milhões, sendo R\$ 847,0 milhões referentes às Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 263,9 milhões de superávit acumulado. A rentabilidade do Plano em 2019 foi de 21,83%,

correspondendo a 240,4% da meta atuarial no período. Deste resultado, 51,8% adveio do aproveitamento de oportunidades no mercado de taxas de juros reais e nominais marcada a mercado. Os ativos com remuneração atrelada à taxa de juros pós-fixadas contribuíram com 17,2% do resultado. Já os ativos indexados à inflação marcados na curva, que compreendem a alocação em títulos públicos federais, empréstimos a participantes e imóveis, contribuíram com 13,6% da rentabilidade do período. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram 17,7% do resultado. Por fim, os investimentos em participações contribuíram com - 0,4% da rentabilidade do período.

O Plano de Benefícios II encerrou o exercício de 2019 com Patrimônio de Cobertura de R\$ 143,7 milhões, com R\$ 142,3 milhões de Reservas Matemáticas previstas para o pagamento de benefícios e R\$ 1,4 milhões de superávit acumulado relativo à parcela de benefícios concedidos do Plano. A rentabilidade do Plano em 2019 foi de 23,71%, correspondendo a 261,2% da meta atuarial estabelecida para a parcela de benefícios concedidos e 397,2% da taxa CDI no período. Deste resultado, 45,7% adveio do aproveitamento de oportunidades no

## Mensagem da Diretoria Executiva

mercado de taxas de juros reais e nominais marcada a mercado. Os ativos com remuneração atrelada à taxa de juros pós-fixadas contribuíram com 19,7% do resultado. Já os ativos indexados à inflação marcados na curva, que compreendem a alocação em títulos públicos federais, empréstimos a participantes e imóveis, contribuíram com 7,2% da rentabilidade do período. Os investimentos realizados no segmento de renda variável explicaram 27,6% do resultado. Por fim, os investimentos em participações contribuíram com -0,2% da rentabilidade do período.

O Plano de Gestão Administrativa apresentou rentabilidade de 15,45% no ano de 2019, correspondendo a 258,8% do CDI, sendo que o PGA mantém alocação direta somente no Segmento de Renda Fixa.

### **Comentários sobre o Desempenho dos Investimentos em 2020**

Muito embora o presente Relatório Anual objective apresentar as informações do exercício de 2019, neste momento de grande instabilidade, entendemos oportuno atualizá-los acerca do desempenho dos investimentos no ano de 2020, bem como dos princípios e processos seguidos na gestão dos investimentos do ISBRE.

Certamente a crise que ora vivenciamos revela-se de grande complexidade, havendo ainda muita incerteza em relação à sua extensão e magnitude dos seus efeitos. A adoção de medidas de isolamento social para enfrentamento da pandemia da Covid-19 tem gerado efeitos severos sobre a atividade econômica e alterações relevantes nas condições de liquidez e solvência dos agentes econômicos. Como decorrência, os preços de ativos têm sido significativamente afetados nos diferentes mercados.

Como já amplamente noticiado pela mídia especializada, a partir do mês de março os ativos de risco foram fortemente impactados em virtude da necessidade dos gestores readequarem seus portfólios aos parâmetros de risco estabelecidos nos seus mandatos, uma vez que foram surpreendidos pelo aumento na amplitude de variação de preços (volatilidade) em magnitude e rapidez sem precedentes, o que contribuiu para a ocorrência de situações de disfuncionalidade na formação dos preços de ativos na maioria dos mercados.

No que tange aos investimentos dos Planos de Benefícios I e II, inicialmente é importante salientar, como temos enfatizado nas reuniões realizadas para a apresentação do Relatório Anual, que o ISBRE faz gestão de recursos previdenciários, representados

pelos fluxos de pagamentos de benefícios dos planos que administra, que se estendem por longo período de tempo, o que o caracteriza como investidor que tem horizonte de investimentos de longo prazo.

Tal condição torna a gestão dos seus investimentos fundamentalmente diferente daquela aplicável ao patrimônio individual de um investidor comum, que, via de regra, toma suas decisões de alocação buscando maximizar a relação risco vs. retorno esperado dos seus investimentos olhando apenas o lado dos ativos e condicionado pela sua aversão individual a risco. A excessiva sensibilidade a resultados imediatos e a ênfase na preservação patrimonial limita sobremaneira o seu horizonte de investimento, comportamento este que é caracterizado na literatura de finanças como típico de investidor que apresenta horizonte de investimento de curto prazo.

Como referido acima, haja em vista a natureza previdenciária e a previsibilidade dos passivos dos planos de benefícios que administra, o principal objetivo da gestão de investimentos do ISBRE consiste em fazer com que os recursos sob gestão evoluam de modo que possam suportar, numa perspectiva intertemporal, os compromissos atuariais assumidos no âmbito de cada plano de benefícios.

## Mensagem da Diretoria Executiva

Tendo presente este objetivo, na gestão de investimentos do ISBRE prevalece a opinião de que a manutenção da consistência em relação a um objetivo de retorno ao longo do tempo, advém primordialmente da disciplina no gerenciamento da alocação estratégica de ativos, conforme estabelecido no processo de investimento do ISBRE, que é especificado na sua Política de Investimentos e sumariado a seguir.

O processo de gestão de investimento do ISBRE compreende as etapas de planejamento, execução e monitoramento.

Na etapa de planejamento são identificados e especificados os objetivos e restrições de investimento. Os objetivos são expressos em termos de parâmetros de risco e retorno esperado, considerando-se a existência de passivos atuariais e o nível de tolerância a risco admitida. As restrições envolvem as condições de liquidez e solvência, as características do passivo, os fatores legais e regulatórios, bem como as circunstâncias particulares de cada plano. A interação dos objetivos e restrições com as expectativas em relação ao comportamento dos ativos em mercado e a tolerância a risco é representada na Política de Investimentos por meio da formulação da alocação estratégica de ativos, que compreende a participação

alvo nas classes de ativos de interesse.

Na etapa de execução são periodicamente analisadas as condições de mercado e realizadas simulações para avaliar o impacto de diferentes cenários de mercado para o resultado dos portfólios em diferentes horizontes de tempo. Cabe destacar que a alocação dos portfólios pode diferir intencionalmente e temporariamente da alocação estratégica em virtude de alterações nas condições de mercado, o que é denominado de alocação tática. A etapa de execução compreende ainda a seleção de ativos e de fundos dentro de cada classe, o que é fundamentado por estudos de análise e avaliação microeconômica dos ativos e dos fundos de interesse, que no caso do ISBRE, são realizados pelos gestores terceirizados e pela gestão interna, respectivamente.

Na etapa de monitoramento, é realizado o acompanhamento do desempenho dos portfólios em termos de risco e retorno esperado, com vistas a avaliar as atuais exposições em relação às oportunidades existentes e à Política de Investimentos, a fim de que seja mantida a aderência aos objetivos e às restrições estabelecidos.

Dadas as características da gestão de investimento do ISBRE explicitadas acima, vale ressaltar

que as decisões de investimento são tomadas partindo-se do pressuposto de que é inevitável que os portfólios sejam sensibilizados em momentos de instabilidade dos mercados, situações estas que podem advir de choques exógenos ou mesmo de circunstâncias inerentes ao ciclo de negócios das economias capitalistas. No entanto, a ocorrência de eventuais impactos nos portfólios dos planos, decorrentes de situações de stress de mercado, são regularmente simulados e discutidos com os órgãos de governança do ISBRE, de forma que a exposição a risco dos mesmos se mantenha aderente ao nível de tolerância a risco admitida.

Além de realizar o acompanhamento permanente da exposição dos portfólios a risco de mercado, tendo como referência o distanciamento da performance dos investimentos dos planos relativamente às respectivas metas atuariais no curto prazo, a gestão de investimentos também leva em consideração como métrica de risco nas decisões de alocação, a exposição a risco dos planos em relação aos passivos, tendo em vista o entendimento de que estes estão expostos à variação de retornos reais de ativos e à variação do poder de compra. Dessa maneira, seguindo as diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos aprovada

## Mensagem da Diretoria Executiva

pelo Conselho Deliberativo, compete à gestão de investimentos gerenciar a exposição dos portfólios a estas duas categorias conflitantes de risco, considerando os níveis desejados de imunização (proteção) em relação aos passivos e os desvios admitidos relativamente à meta atuarial no curto prazo, tendo presente o propósito de manter aderência aos níveis de retorno esperado desejados ao longo do tempo.

Importa enfatizar que os portfólios são estruturados de modo que possam usufruir de três níveis de diversificação, condição esta que contribui para sua estabilidade ao longo do tempo, bem como para que consigam se beneficiar da recuperação em cenários de retomada dos mercados. O primeiro nível de diversificação advém das decisões de macroalocação entre ativos e mercados nas classes de ativos de interesse. O segundo nível compreende a diversificação entre estratégias, fatores de risco e estilos de gestão dentro de cada classe de ativo. Já o terceiro nível de diversificação decorre da capacidade de geração de alfa pelos gestores a partir da seleção de ativos dentro de cada veículo de investimento.

Conforme referido, sem dúvida, a crise que estamos atravessando se configura como muito grave,

a julgar pela multiplicidade de choques com potencial de desorganização do ambiente econômico. Entretanto, nestes momentos também surgem oportunidades de investimento que usualmente não estão disponíveis em condições normais de mercado, sendo imprescindível dispor de um mandato de gestão bem definido e de um processo de investimento bem disciplinado para que se consiga tirar proveito destas circunstâncias.

Considerando que permanecem muitas dúvidas quanto à evolução do cenário econômico, ainda prevalece elevado o nível de incerteza no que tange ao comportamento de ativos, haja vista a insegurança em relação aos seus valuations e a crescente preocupação com eventuais reestruturações que venham a ocorrer, o que tem mantido os prêmios de risco em patamares elevados nos diferentes mercados. A falta de coordenação política colabora para dificultar ainda mais a situação. A dinâmica fiscal também é uma incógnita, à medida que há pouca clareza à cerca da extensão e efetividade das medidas fiscais, bem como no que se refere ao momento em que se dará a retomada do cumprimento das regras de gastos, o que contribui para a redução da confiança com relação à sustentabilidade da trajetória do endividamento e, por consequência, no tocante ao patamar em que irá se

estabilizar da taxa de juros real de longo prazo.

Em tais circunstâncias, como já mencionado, o comportamento dos preços dos ativos financeiros perde aderência aos fundamentos econômicos, respondendo quase que unicamente a fatores técnicos de mercado, sendo os fluxos de ativos em grande medida comandados pela necessidade dos gestores reduzirem a alavancagem, adequarem o risco aos parâmetros estabelecidos, realizarem ajustes táticos de posições e honrarem os resgates de clientes. Em vista disso, é desejável que se tenha muita cautela nestas ocasiões, para que seja possível avaliar se a situação atual realmente configura uma mudança estrutural no padrão de risco e retorno esperado dos ativos ou se trata de um evento de caráter transitório.

Com base no exposto e dadas as características de gestão explicitadas acima, na gestão de investimentos do ISBRE prevalece a compreensão de que no atual momento de mercado devam ser priorizadas movimentações táticas do portfólio e concentrada maior atenção à análise microeconômica dos ativos, em detrimento de alterações relevantes na alocação estratégica do portfólio.

No que diz respeito às movimentações nos portfólios, cabe referir que, no final do ano passado,

## Mensagem da Diretoria Executiva

após a aprovação da Política de Investimentos para 2020-24, optamos por antecipar algumas realocações importantes nas exposições a risco de mercado dos portfólios dos Planos I e II, tendo em vista o patamar de taxas de juros vigente na ocasião, bem como a expectativa em relação à valorização dos ativos de renda variável, em conformidade com as alterações nas alocações estratégicas dos Planos estabelecidas na referida Política. Assim, no início da segunda quinzena de dezembro, foi realizada a redução da exposição a risco dos Planos no segmento de renda fixa marcada a mercado, em cerca de 25% da contribuição desta classe de ativo para o risco dos portfólios, e o concomitante aumento da exposição a risco em renda variável, de modo que a exposição global a risco de mercado teve redução de 5% no Plano de Benefícios I e aumento de 7% no Plano de Benefícios II. Considerando que a volatilidade da renda variável na ocasião apresentava-se três vezes maior do que a da parcela da renda fixa que foi reduzida, a realocação possibilitou a ampliação da posição de caixa em aproximadamente 30% na ocasião. Nesta ocasião, a alocação em renda variável do Plano I foi mantida próxima a 12% do patrimônio e a do Plano II, em torno de 19% do seu patrimônio.

A partir do final de janeiro deste ano, entretanto, levando em conta a dinâmica de preços e o aumento da

volatilidade, bem como o surgimento de oportunidades no segmento curto da curva de juros nominais, cuja relação risco vs. retorno esperado mostrava-se mais atrativa, foi gradualmente transferida parcela do risco ativo (em relação ao benchmark) da renda variável para a posição em juros nominais, sendo que, na véspera do carnaval, já havia sido reduzida a posição em renda variável em cerca 30% no Plano I e em 16% no Plano II, movimentos estes realizados por meio da utilização de estratégias de derivativos.

No final de fevereiro, em meio ao feriado de carnaval e com os mercados fechados aqui no Brasil, os agentes de mercado em nível mundial começaram a reestimar o impacto econômico esperado advindo do esforço requerido para evitar a rápida proliferação da então epidemia do coronavírus (lembrando que a OMS só decretou a pandemia em 11 de março), ocasião em que se verificou a escalada da incerteza e a repentina reprecificação de ativos ao redor do mundo. Em virtude disso, nos primeiros dias de março optamos por reduzir adicionalmente a alocação em renda variável em mais 21% no Plano I e em mais 13% no Plano II, também mediante a utilização de estratégias de derivativos.

No início de abril, após discussão no âmbito do comitê de investimentos, foi realizada realocação dos recursos alocados em fundo de índice referenciado no

índice de empresas small caps (SMAL11) para fundo de índice referenciado no Ibovespa (BOVA11). Na ocasião, a exposição em SMAL11 representava aproximadamente 10% da alocação em renda variável do Plano I e 20% da alocação em renda variável do Plano II. Tal movimentação foi motivada em virtude do percepção de que as empresas listadas no Ibovespa, dado o seu maior porte e resiliência, têm melhor condição de atravessar situações inesperadas de stress de liquidez e de crédito e, também, de se beneficiarem num cenário de retomada, em relação às empresas de menor capitalização, que se mostram mais suscetíveis a alterações no ambiente econômico.

Além disso, à medida que a liquidez das empresas pertencentes ao Ibovespa se mostra muito superior à das empresas que integram o índice de small caps, e que isso também é evidenciado no volume de negociação das cotas dos respectivos fundos, tal movimentação contribuiu para que se preservasse a agilidade na realocação dos recursos, em conformidade com a intenção já existente de se redirecionar os recursos alocados em fundos passivos para fundos de gestão ativa, o que tem por base o entendimento de que no atual momento de mercado é importante dispor de maior seletividade na seleção de empresas para compor o portfólio.

## Mensagem da Diretoria Executiva

Entendemos que a liquidez de mercado constitui um importante atributo dos ativos, qualidade esta que permite resguardar a condição de se proceder a ajustes de posições ou eventuais realocações nos portfólios. Nesse sentido, importa mencionar que a exposição a risco de liquidez de mercado dos portfólios dos Planos I e II é bem baixa, à medida que em torno de 45% dos ativos dos portfólios dos planos pode ser liquidada em até uma semana, cabendo lembrar que nesses portfólios não há exposição a ativos de dívida de emissão privada.

Em relação ao risco de liquidez de financiamento, que decorre de desequilíbrios gerados pelo descasamento de fluxo de caixa levando-se em consideração os passivos dos Planos, a situação também é muito confortável. No caso do Plano I, cujo fluxo de pagamento de benefícios anuais supera o das contribuições em R\$ 62 milhões, a posição de recursos em caixa é suficiente para o pagamento de aproximadamente três anos de benefícios. No caso do Plano II a situação é ainda mais confortável, haja vista que o plano dispõe de fluxo de caixa positivo, em virtude da quase totalidade dos participantes ainda se encontrar na fase de acumulação.

Ademais, o fato de dispor de liquidez neste

momento também permite o aproveitamento de oportunidades que não estão disponíveis em situações normais de mercado, notadamente a ampliação da alocação em títulos públicos federais indexados à inflação, que estão sendo negociados com taxas de juros superiores ao mínimo atuarial do Planos.

No que diz respeito a situação de solvência dos Planos convém informar, com base no último balancete disponível, que o Plano de Benefícios I encerrou o mês de abril com superávit acumulado de 24,0%, sendo 20,0% relativo à reserva de contingência e 4,0% relativo à reserva especial. Na mesma ocasião, o Plano de Benefícios II apresentou superávit acumulado de 2,4%.

Em termos de desempenho de curto prazo, os Planos I e II acumulam no ano, até 30.04.2020, rentabilidade de -4,48% e -8,03%, respectivamente. No mesmo período o IRF-M, que referencia o desempenho dos títulos públicos prefixados, acumulou rentabilidade de 2,59%, o IMA-B, que referencia o desempenho da carteira de títulos indexados à inflação emitidos pelo governo, apresentou rentabilidade de -5,08%, o IMA-B 5+, que referencia o desempenho dos títulos indexados à inflação com prazo superior a cinco anos, apresentou rentabilidade de -8,82%, o Índice Ibovespa, acumulou rentabilidade de -30,39% e o dólar teve valorização de

34,64%

Entretanto, quando se observa o desempenho no longo prazo, o resultado é bem diferente. O Plano de Benefícios I acumulou nos últimos 18 anos, entre abril de 2002 e abril de 2020, rentabilidade de 1.160,03%, enquanto a meta atuarial acumulada no mesmo período foi de 656,30%, o que equivale a uma rentabilidade média anual de INPC + 8,44% a.a. O Plano de Benefícios II acumulou neste mesmo período, que coincide com o seu início, rentabilidade de 1.117,27%, enquanto o CDI acumulado no mesmo período foi de 697,27%, o que equivale a uma rentabilidade média anual de INPC + 8,24% a.a.

### Gestão Previdencial

No ano de 2019, o Plano de Benefícios I pagou R\$ 70,3 milhões em benefícios e recebeu contribuições de R\$ 17,5 milhões, sendo concedidas seis aposentadorias ao longo do exercício. Em observância à legislação vigente, este foi o primeiro exercício em, após a destinação da Reserva Especial constituída no encerramento de 2018, que houve a constituição de nova Reserva Especial no Plano, em valor equivalente a 11,19% das Provisões Matemáticas.

## Mensagem da Diretoria Executiva

Também em 2019 foi aprovada a atualização do Regulamento do Plano de Benefícios I pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 276, publicada no DOU nº 70, de 11/04/2019. As alterações realizadas visam em essência adequar o Plano de Benefícios às novas situações que vêm sendo estabelecidas pela legislação da Previdência Complementar, bem como melhorar a organização e o enunciado do texto regulamentar. Após terem sido aprovadas pelo Conselho Deliberativo, homologadas pelo Patrocinador BRDE e comunicadas aos participantes em setembro de 2018, as novas regras passaram a vigorar em abril de 2019, após a aprovação da PREVIC.

Em dezembro de 2019, o Conselho Deliberativo do ISBRE, em atenção à proposta da Diretoria Executiva, aprovou a Destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios I constituída no encerramento do exercício de 2018, no montante de R\$32,5 milhões. Com início em janeiro de 2020 e duração estimada de até 36 (trinta e seis) meses, o Plano de Destinação aprovado prevê que parte da contribuição devida por patrocinadores e por participantes e assistidos será custeada pelos Fundos Previdenciais segregados

especialmente constituídos com base nos termos apresentados no estudo técnico atuarial realizado, resultando na redução parcial e temporária das suas contribuições.

O Plano de Benefícios II continuou a receber novas adesões, atingindo, ao final do ano, o número de 356 participantes ativos, com a adesão de nove novos participantes e um nível de adesão de 93,6%. O aporte de contribuições ao Plano atingiu o montante de R\$ 11,6 milhões, refletindo um crescimento de 10,7% sobre o ano anterior, e os benefícios pagos foram de R\$ 821,9 mil.

Para assegurar a solvência e a liquidez intertemporal dos Planos de Benefícios, além da importância de se alcançar a meta atuarial de forma consistente e a longo prazo, tem-se como fator importante verificar periodicamente se as premissas utilizadas no cálculo atuarial são consistentes com características do grupo de participantes, aos compromissos assumidos com o pagamento de benefícios e as condições econômicas e de mercado esperadas para o horizonte de tempo relevante.

Assim, anualmente, a Fundação realiza estudos de adequação das hipóteses (premissas) biométricas, demográficas, econômicas e financeiras utilizadas nos

cálculos atuariais dos Planos de Benefícios I e II e, tendo por base o resultado dos estudos realizados em 2019, foram aprovadas a alteração da premissa Fator de Determinação de 98,2% para 100% no Plano de Benefícios I e a redução da premissa de taxa de juros de 4,40% a.a. para 4,10% a.a. nos Planos de Benefícios I e II, sendo mantidas as demais premissas biométricas, demográficas e econômicas vigentes nos Planos.

### **Governança Corporativa**

Durante o exercício de 2019, o ISBRE teve alterada a composição do seu Conselho Deliberativo, em função do encerramento do mandato de três de seus membros. No período de 02 a 04 de julho de 2019, foram realizadas eleições para escolha de dois representantes dos Participantes Ativos e Assistidos no Conselho Deliberativo do ISBRE, com votos acolhidos exclusivamente pelo sistema eletrônico de votação. Nessas eleições foram eleitos os colegas Miguel Fernando de Oliveira e Werner Tschoeke, os quais tomaram posse em 02 de outubro. Também tomou posse na mesma data, para mais um mandato, o conselheiro André Lopes Falcão, representante indicado pelo Patrocinador BRDE.

## Mensagem da Diretoria Executiva

No âmbito da Diretoria Executiva, em 11 de dezembro de 2019, tendo em vista o pedido de renúncia, por motivos pessoais, apresentado pelo Diretor Presidente do ISBRE, Sr. Argus Ruy Guex de Oliveira, o Conselho Deliberativo nomeou, o Sr. Luiz Rogério Isotton, participante do Plano de Benefícios II e Diretor Financeiro e de Investimentos do ISBRE no período de 2015 a 2019, para assumir o cargo de Diretor Presidente, Administrativo e de Previdência a partir de março de 2020. O processo de habilitação junto à Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, na forma da regulamentação em vigor, foi concluído previamente à posse do diretor nomeado, o que ocorreu em 02 de março de 2020.

Ainda do ponto de vista da governança corporativa, em 2019 o Conselho Deliberativo aprovou o Código de Ética e Conduta da Fundação, que se encontra disponível no site da Fundação, na área de acesso restrito a participantes e assistidos.

### **Agradecimentos**

A Diretoria Executiva agradece a confiança dos Participantes e Assistidos, a orientação e diligente atuação dos Conselheiros e Conselheiras integrantes dos Conselhos Deliberativo e Fiscal e dos membros do Comitê de Investimentos, além do indispensável e comprometido apoio do Patrocinador BRDE, por sua Administração e corpo gerencial. Agradece também a dedicação, a competência e o compromisso dos funcionários do ISBRE, que não medem esforços para o bom desempenho da Fundação no cumprimento de sua missão.

## Plano de Benefícios I – Benefício Definido: Evolução Patrimonial

### Patrimônio de Cobertura

R\$ 1.110.887.026

↑ 12,1%

em relação a 2018 (R\$ 990.717.260)

Superávit acumulado R\$ 263.893.320  
(em 2018: R\$194.676.808)

Duração média do passivo: 9,97 anos.

Limite da Reserva de Contingência:  
19,97% x Provisões Matemáticas

Reserva de Contingência Constituída:  
R\$ 169.144.643

Reserva Especial Constituída:  
R\$ 94.748.677

### Provisões Matemáticas

R\$ 846.993.706

↑ 6,4%

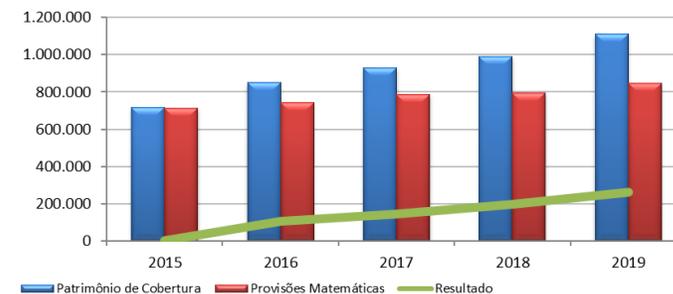
em relação a 2018 (R\$ 796.040.451)

<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>846.993.706</b>
Benefícios Concedidos	761.873.036
Benefícios a Conceder	85.120.670

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, até o limite de 19,97% das Provisões Matemáticas, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência, devendo a parcela do superávit que ultrapassar este limite ser alocada como Reserva Especial do plano de benefícios.

O conjunto de hipóteses adotado no cálculo das Provisões Matemáticas é apresentado no Parecer Atuarial, elaborado pela Consultoria Atuarial do ISBRE e disponibilizado na versão completa do Relatório Anual. Com base nos estudos técnicos de adequação realizados em 2019, foram aprovadas a alteração da premissa Fator de Determinação de 98,2% para 100% e a redução da premissa de taxa de juros de 4,40% a.a. para 4,10% a.a., sendo mantidas as demais premissas vigentes no Plano.

Plano de Benefícios I  
Recursos Garantidores X Exigível Atuarial - em R\$ mil



## Plano de Benefícios I: Evolução Patrimonial

Em dezembro de 2019, o Conselho Deliberativo, em atenção à proposta da Diretoria Executiva e embasado em estudo técnico atuarial elaborado pelo atuário responsável, aprovou a Destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios I constituída no encerramento do exercício de 2018, no montante de R\$32,5 milhões. Com início em janeiro de 2020 e duração de até 36 (trinta e seis) meses, o Plano de Destinação aprovado prevê que parte da contribuição devida por patrocinadores e por participantes e assistidos será custeada pelos Fundos Previdenciais segregados e especialmente constituídos, conforme os valores atribuíveis aos participantes ativos, aos participantes assistidos e aos patrocinadores, resultando na redução parcial e temporária das suas contribuições.

A redução das contribuições em função da destinação da reserva especial ocorrerá pelo prazo de até 36 (trinta e seis) meses ou até esgotar a parcela passível de destinação, o que ocorrer primeiro, observando-se ainda a necessidade de

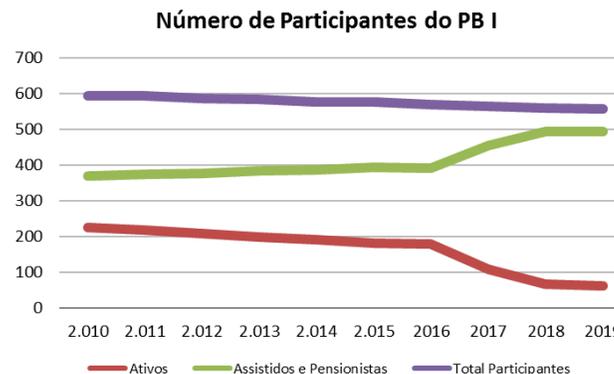
manutenção, ao longo de todo o período, do nível de Reserva de Contingência. Para manter-se em conformidade com a legislação vigente, o Plano de Destinação será revisto caso o nível da Reserva de Contingência se apresente inferior ao limite estabelecido na legislação, pois essa Reserva será recomposta mediante transferência de recursos dos Fundos Previdenciais especialmente criados para fins de destinação da Reserva Especial.

O Plano de Benefícios I mantém também um Fundo Previdencial que visa suportar o impacto econômico e atuarial provável de demandas judiciais que postulam a incorporação, nos cálculos dos benefícios previdenciários, de valores que seriam devidos em função de avanços na carreira (ATS) e de outros eventuais direitos postulados pelos Participantes. Em 31.12.2019, o valor deste Fundo Previdencial era de R\$718,5 mil.

## Plano de Benefícios I: Gestão Previdencial

### Participantes

	2018	2019
Ativos	67	63
Auxílio-Doença	4	2
Aposentados	398	396
Pensionistas	92	97
<b>TOTAL</b>	<b>561</b>	<b>558</b>



Nota sobre o Grupo de Participantes: 1) Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. 2) Estão sendo considerados como pensionistas todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. 3) O grupo de aposentados era composto por 374 aposentados por tempo de contribuição, 7 aposentados por idade, 13 aposentados por invalidez e 2 aposentados por benefício proporcional diferido. 4) Como dependentes inscritos para fins do benefício de pensão constavam, em 31/12/2019, 385 pessoas e como designados indicados exclusivamente para fins de pecúlio, 248 pessoas.

A constante diminuição do número de participantes ativos e o aumento do número de participantes assistidos são características que revelam o estágio de maturidade do Plano de Benefícios I. A relação entre o fluxo de receita de contribuições e o fluxo de pagamento de benefícios é menor a cada ano que passa, situação absolutamente normal em um plano maduro e fechado a novos participantes.

### Contribuições em 2019

R\$ 17.457.198  
em Contribuições

↑ 1,6%

em relação a 2018 (R\$ 17.182.200)

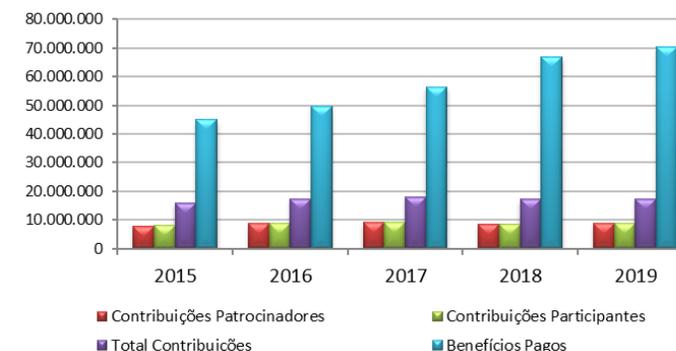
### Benefícios Pagos em 2019

R\$ 70.330.084  
em Benefícios Pagos

↑ 5,2%

em relação a 2018 (R\$ 66.868.800)

### Receitas e Despesas Previdenciais - PB I - em R\$

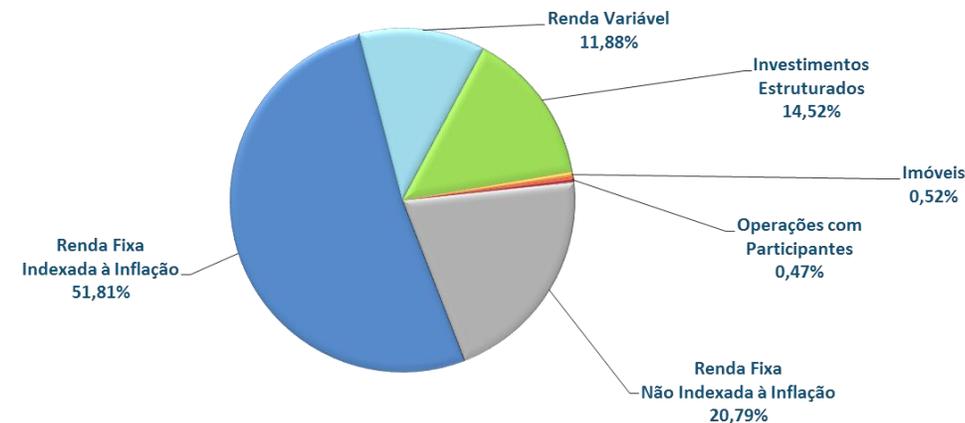


## Plano de Benefícios I: Gestão de Investimentos

### Alocações por Segmento de Investimento

Segmentos de Investimento	Dez/2019	Limites Máximos	
		Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	72,61%	95%	100%
Renda Variável	11,88%	20%	70%
Estruturado	14,52%	16%	20%
Imobiliário	0,52%	3%	20%
Operações com Participantes	0,47%	2%	15%
Exterior	0,00%	3%	10%

### Distribuição dos Investimentos por Segmento - PBI

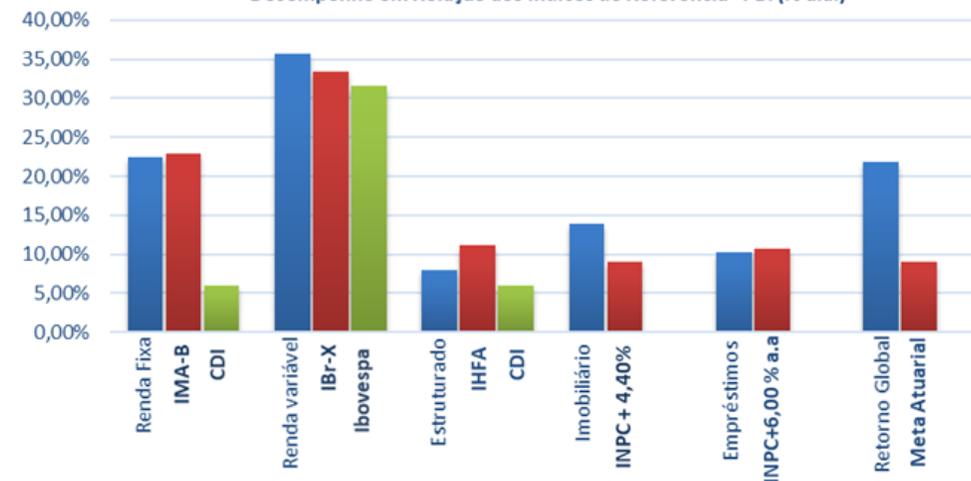


### Rentabilidade por Segmento de Investimento

Segmento	Índice de Referência/Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2019 <sup>(1)</sup>
	Índice	Variação em 2019	
Renda Fixa	IMA-B	22,95%	22,49%
Renda Variável	IBrX	33,39%	35,75%
Multimercados	IHFA	11,12%	9,43%
Participações - FIP	INPC + 7,00%	11,80%	-31,28%
Imobiliário	INPC + 4,40%	9,08%	13,95%
Empréstimos a Participantes	INPC + 6,00%	10,75%	10,21%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	INPC + 4,40%	9,08%	0,79%
<b>Performance Global dos Investimentos</b>			<b>21,83%</b>

(1) Rentabilidade bruta da taxa de administração de 0,5% a.a.

### Desempenho em Relação aos Índices de Referência - PBI (% a.a.)



## Plano de Benefícios II – Contribuição Variável: Evolução Patrimonial

### Patrimônio de Cobertura

R\$ 143.696.905

↑ 33,6%

em relação a 2018 (R\$ 107.567.651)

Superávit acumulado R\$ 1.416.004  
(em 2018: R\$ 651.065)

Limite da Reserva de Contingência:  
23,86% x Provisões Matemáticas

Reserva de Contingência Constituída:  
R\$ 1.416.004

Reserva Especial Constituída:  
Não houve constituição de Reserva Especial

O Plano II mantém dois Fundos Previdenciais: o “Fundo de Benefício de Risco”, formado a partir das contribuições normais dos Patrocinadores para este fim e que se destina a suprir os recursos necessários ao

### Provisões Matemáticas

R\$ 142.280.902

↑ 33,1%

em relação a 2018 (R\$ 106.916.585)

<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>142.280.902</b>
Benefícios Concedidos	10.922.574
Benefícios a Conceder	131.358.328

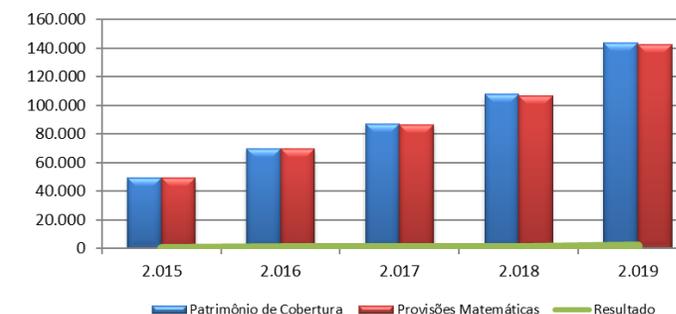
Duração média do passivo referente aos benefícios concedidos: 13,86 anos.

Conforme disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, até o limite de 23,86% das Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos, o superávit técnico acumulado deve ser contabilizado em Reserva de Contingência, devendo a parcela do superávit que ultrapassar este limite ser alocada como Reserva Especial do plano de benefícios.

pagamento dos benefícios de risco; e o “Fundo de Variações Atuariais”, formado por eventuais sobras das contas individuais e que tem por objetivo suprir insuficiências decorrentes dos riscos atuariais. Em

O conjunto de hipóteses adotado no cálculo das Provisões Matemáticas é apresentado no Parecer Atuarial, elaborado pela Consultoria Atuarial do ISBRE e disponibilizado na versão completa do Relatório Anual. Com base nos estudos técnicos de adequação realizados em 2019, foi aprovada a redução da premissa de taxa de juros de 4,40% a.a. para 4,10% a.a., sendo mantidas as demais premissas vigentes no Plano.

Plano de Benefícios II  
Recursos Garantidores X Exigível Atuarial - em R\$ mil



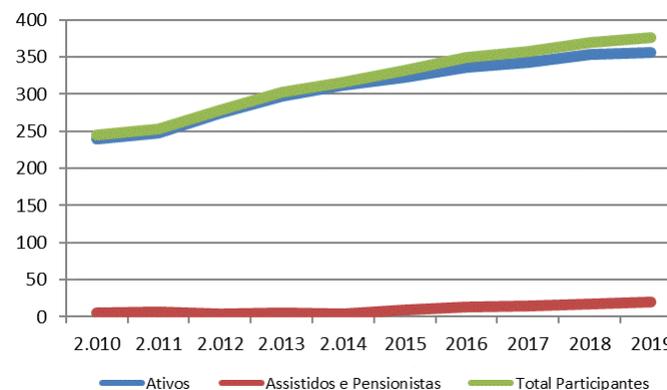
31.12.2019, o valor dos Fundos Previdenciais do Plano II eram de R\$5.201 mil e R\$2.486 mil, respectivamente.

## Plano de Benefícios II: Gestão Previdencial

### Participantes

	2018	2019
Ativos	340	341
Autopatrocinados	12	13
BPD	1	2
Auxílio-Doença	0	2
Aposentados	2	3
Pensionistas	15	15
<b>TOTAL</b>	<b>370</b>	<b>376</b>

Número de Participantes do PB II



Nota: 1) Os dados apresentados refletem a posição em 31 de dezembro de cada ano. 2) Estão sendo considerados como pensionistas todos aqueles beneficiários assistidos em gozo do benefício de pensão. 3) O grupo de aposentados era composto por 2 aposentadorias programadas e 1 aposentadoria por invalidez. 4) Como dependentes inscritos para fins do benefício de pensão constavam, em 31/12/2019, 559 pessoas.

### Contribuições em 2019

R\$ 11.628.721  
em Contribuições

↑ 10,7%

em relação a 2018 (R\$ 10.505.500)

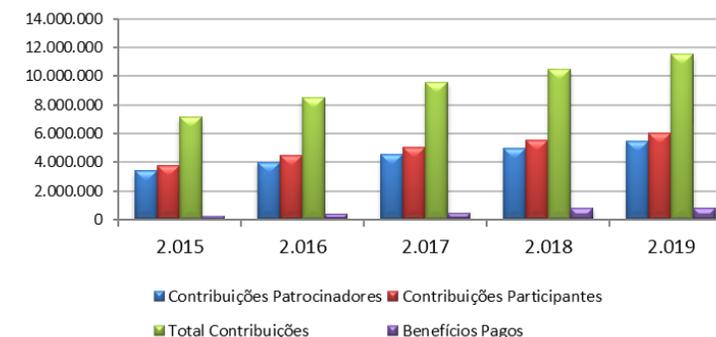
### Benefícios Pagos em 2019

R\$ 821.926  
em Benefícios Pagos

↑ 1,3%

em relação a 2018 (R\$ 811.500)

Receitas e Despesas Previdenciais - PB II - em R\$

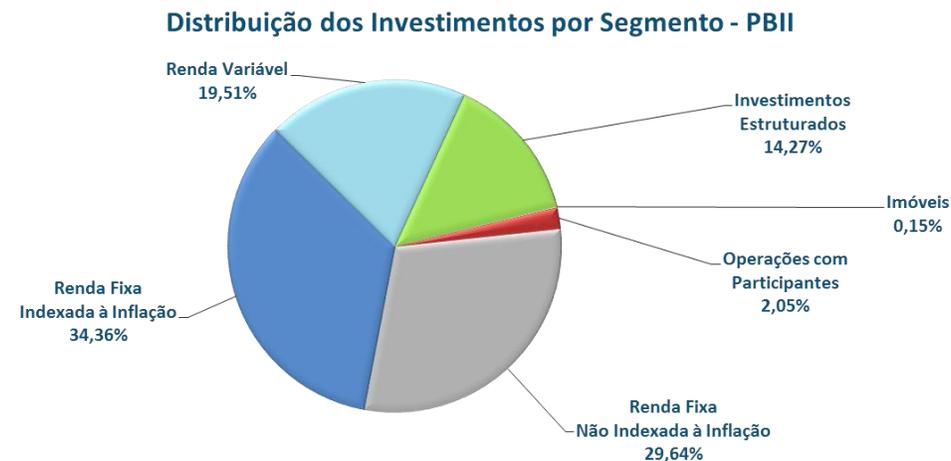


Em 2019, verificou-se a saída de recursos no montante de R\$374,6 mil a título de portabilidade cedida e resgate, e o ingresso de R\$61,0 mil a título de portabilidade recebida.

## Plano de Benefícios II: Gestão de Investimentos

### Alocações por Segmento de Investimento

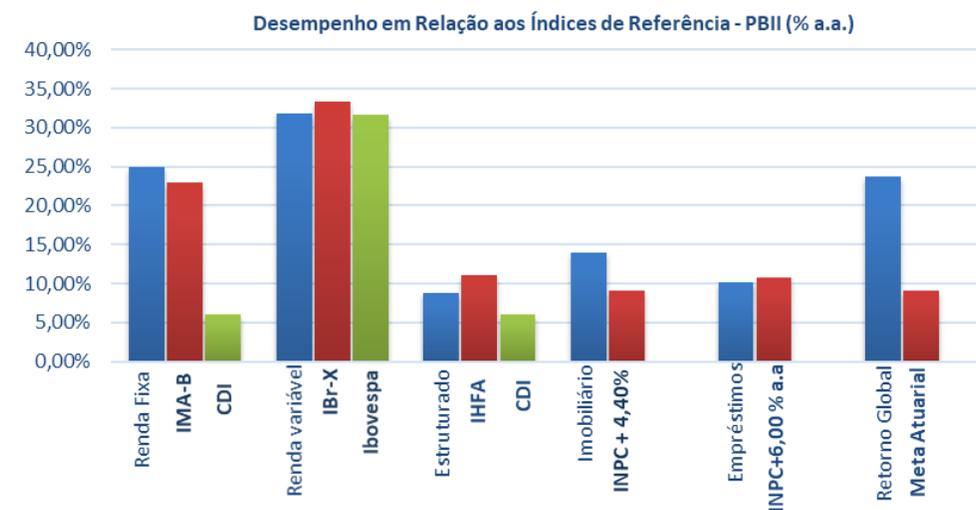
Segmentos de Investimento	Dez/2019	Limites Máximos	
		Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	64,02%	95%	100%
Renda Variável	19,51%	20%	70%
Estruturado	14,27%	16%	20%
Imobiliário	0,15%	3%	20%
Operações com Participantes	2,05%	15%	15%
Exterior	0,00%	3%	10%



### Rentabilidade por Segmento de Investimento

Segmento	Índice de Referência/Meta Atuarial		Rentabilidade Bruta em 2019 <sup>(1)</sup>
	Índice	Varição em 2019	
Renda Fixa	IMA-B	22,95%	24,98%
Renda Variável	IBrX	33,39%	31,80%
Multimercados	IHFA	11,12%	9,61%
Participações - FIP	INPC + 7,00%	11,80%	-31,28%
Imobiliário	INPC + 4,40%	9,08%	13,95%
Empréstimos a Participantes	INPC + 6,00%	10,75%	10,13%
Outros (Ações da Carteira Própria Residual)	INPC + 4,40%	9,08%	0,79%
<b>Performance Global dos Investimentos</b>			<b>23,71%</b>

(1) Rentabilidade bruta da taxa de administração de 0,5% a.a.



## Plano de Gestão Administrativa – PGA

O Plano de Gestão Administrativa (PGA) define as regras, normas e critérios para a gestão administrativa do ISBRE, com o objetivo de garantir a independência entre os recursos dos Planos de Benefícios e aqueles utilizados na gestão da entidade.

Foram realizadas as seguintes despesas durante o exercício de 2019:

DESPESAS	2019
Total das Despesas com a Administração Previdencial	3.207.103
Total das Despesas com a Administração de Investimentos	3.181.934
Total das Despesas Administrativas	6.389.037

**Total**  
**R\$ 6.389.037**

**0,52%**  
dos recursos garantidores  
médios do ano

Em 31.12.2019, o valor constituído como Fundo Administrativo para o Plano de Benefícios I era de R\$ 4.711.873,05 e para o Plano de Benefícios II, de R\$ 2.427.692,10.

### Alocações por Segmento de Investimento

Segmentos de Investimento	Dez/2019	Limites Máximos	
		Política Aprovada	Limites Legais
Renda Fixa	88,64%	100%	100%
Renda Variável	7,51%	20%	70%
Estruturado	3,83%	15%	20%

### Rentabilidade por Segmento de Investimento

Segmento	Índice de Referência		Rentabilidade Bruta em 2019 <sup>(1)</sup>
	Índice	Variação em 2019	
Renda Fixa	IMA-B	22,95%	15,45%
<b>Performance Global dos Investimentos</b>			<b>15,45%</b>

(1) Rentabilidade bruta da taxa de administração do Plano.

## Política de Investimento para 2020

A Política de Investimentos para 2020 manterá a estratégia de gestão dos recursos garantidores integrada, de forma ativa, ao passivo atuarial dos planos de benefícios, associada ao permanente aperfeiçoamento das práticas de gestão e de controles internos.

Segmento	Índice de Referência	Plano de Benefícios I		Plano de Benefícios II	
		Limite Máximo	Alvo	Limite Máximo	Alvo
Renda Fixa	IMA-B	85%	71%	85%	63%
Renda Variável	IBrX	30%	12%	40%	18%
Estruturado	IHFA <sup>1</sup> /INPC + 4,10% a.a <sup>2</sup>	16%	15%	16%	15%
Imobiliário	INPC + 4,10% a.a	3%	1%	3%	1%
Operações com Participantes	INPC + 4,10% a.a	2%	1%	15%	3%
Investimentos no Exterior	MSCI World Index	5%	0%	5%	0%

<sup>1</sup> Índice de Head Funds Anbima – IHFA, para os Fundos Multimercado Estruturados.

<sup>2</sup> INPC + 4,10% a.a. para os Fundos de Investimento em Participações.

## Política de Investimento para 2020

### Limites Prudenciais

### Renda Fixa

Somente serão admitidos títulos ou valores mobiliários com a classificação de risco mínima e limites estabelecidos na tabela ao lado, desde que com parecer prévio favorável do Comitê de Investimentos e do Gestor do Fundo Exclusivo em que o ativo for alocado.

*Ratings* mínimos aplicáveis à avaliação de baixo risco de crédito (tabela ao lado):

Alocação por Emissor - Plano de Benefícios I e II	
Emissor	Baixo Risco
Tesouro Nacional	95,00%
Instituição Financeira ou Grupo Econômico	4,00%
Companhia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico	2,00%
FIDC/FICFIDC	5,00%
Fundos de Índice Referenciado em Cesta de Ações de Cia Aberta	10,00%
FI/FICFI Classificados no Segmento Estruturados	15,00%

Os limites de 4% para Inst. Financeira ou Grupo Econômico e 2% para Cia Aberta Não Financeira ou Grupo Econômico se referem somente à alocação em valores mobiliários de Renda Fixa.

Rating Mínimo	Agência Classificadora de Risco		
	STANDARD & POORS	MOODYS	FITCH RATING
Baixo Risco de Crédito	AAA	Aaa	AAA
	AA+, AA, AA-	Aa1, Aa2, Aa3	AA+, AA, AA-
	A+, A, A-	A1, A2, A3	A+, A, A-

## Política de Investimento para 2020

### Limites Prudenciais

#### Estruturado

A alocação em cada Fundo de Investimento Multimercado classificado nesse segmento não deve ser superior a 5% dos Recursos Garantidores dos Planos.

Não serão admitidas alocações em novos FIPs, excetuada as chamadas de capital ou criação de estruturas derivadas de fundos existentes.

#### Imobiliário

A alocação em cada Fundo de Investimento Imobiliário não deve ser superior a 1% dos Recursos Garantidores dos Planos

#### Renda Variável

A alocação em cada gestor de FIA Não Exclusivo não poderá exceder a 10% dos Recursos Garantidores dos Planos.

A alocação não deve ser superior a 15% do patrimônio líquido do Fundo.

#### Exterior

A alocação em cada Fundo de Investimento classificado nesse Segmento não deve ser superior a 1% dos Recursos Garantidores dos Planos.

A alocação em cada Fundo de Investimento classificado nesse Segmento não deve ser superior a 15% do patrimônio líquido do Fundo, com exceção dos fundos de investimento constituídos no Brasil sob a forma de condomínio aberto com o sufixo “Investimento no Exterior”, que invistam, no mínimo, 67% do seu patrimônio líquido em cotas de fundos de investimento constituídos no exterior, cujo limite não deve ser superior a 5% do patrimônio líquido Fundo de Investimento constituído no exterior.

## Demonstrações Contábeis

A seguir apresentamos as Demonstrações do Ativo Líquido dos Planos de Benefícios e a Demonstração do Plano de Gestão Administrativa. As Demonstrações Contábeis com as Notas Explicativas, o Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis e o Parecer da Consultoria Atuarial constam na versão completa do Relatório Anual de Informações.

### PLANO DE BENEFÍCIOS I

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>1.155.631</b>	<b>1.003.087</b>	<b>15,21</b>
Disponível	3	10	(70,00)
Recebível	8.689	6.214	39,83
Investimento	<u>1.146.939</u>	<u>996.863</u>	15,05
Ações	174	174	-
Fundos de Investimento	1.135.512	975.210	16,44
Investimentos Imobiliários	5.921	15.760	(62,43)
Empréstimos	5.332	5.719	(6,77)
<b>2. Obrigações</b>	<b>6.790</b>	<b>8.607</b>	<b>(21,11)</b>
Operacional	1.996	1.955	2,10
Contingencial	4.794	6.652	(27,93)
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>4.712</b>	<b>2.983</b>	<b>57,96</b>
Fundo Administrativo	4.712	2.983	57,96
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>1.144.129</b>	<b>991.497</b>	<b>15,39</b>
Provisões Matemáticas	846.994	796.040	6,40
Superávit/Déficit Técnico	263.893	194.677	35,55
Fundos Previdenciais	33242	780	4.161,79
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	263.893	194.677	35,55
b) Ajuste de Precificação	66.723	56.979	17,10
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	330.616	251.656	31,38

### PLANO DE BENEFÍCIOS II

em R\$ mil

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>1. Ativos</b>	<b>153.948</b>	<b>116.051</b>	<b>32,66</b>
Disponível	5	16	(68,75)
Recebível	2.427	1751	38,61
Investimento	<u>151.516</u>	<u>114.284</u>	32,58
Ações	14	14	-
Fundos de Investimento	148.172	110.404	34,21
Investimentos Imobiliários	221	587	(62,35)
Empréstimos	3.109	3.279	(5,18)
<b>2. Obrigações</b>	<b>138</b>	<b>134</b>	<b>2,99</b>
Operacional	138	134	2,99
<b>3. Fundos não Previdenciais</b>	<b>2.427</b>	<b>1.750</b>	<b>38,69</b>
Fundo Administrativo	2.427	1.750	38,69
<b>4. Ativo Líquido (1-2-3)</b>	<b>151.383</b>	<b>114.167</b>	<b>32,60</b>
Provisões Matemáticas	142.281	106.917	33,08
Superávit/Déficit Técnico	1.416	651	117,51
Fundos Previdenciais	7.686	6.599	16,47
<b>5. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado</b>			
a) Resultado Realizado	1.416	651	117,51
b) Ajuste de Precificação	548	423	29,55
c) (+ / -) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	1.964	1074	82,87

## Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (consolidada)			Em R\$ mil
Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação %
<b>A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior</b>	<b>4.733</b>	<b>3.390</b>	<b>39,62</b>
<b>1. Custeio da Gestão Administrativa</b>	<b>8.795</b>	<b>7.555</b>	<b>16,41</b>
<b>1.1. Receitas</b>	<b>8.795</b>	<b>7.555</b>	<b>16,41</b>
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial	2.036	1.966	3,56
Custeio Administrativo dos Investimentos	6.024	5.300	13,66
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos	735	289	154,33
<b>2. Despesas Administrativas</b>	<b>6.389</b>	<b>6.212</b>	<b>2,85</b>
<b>2.1. Administração Previdencial</b>	<b>3.207</b>	<b>3.039</b>	<b>5,53</b>
Pessoal e Encargos	2.180	2.078	4,91
Treinamentos/Congressos e Seminários	38	32	18,75
Viagens e Estadias	13	11	18,18
Serviços de Terceiros	302	293	3,07
Despesas Gerais	161	172	(6,40)
Depreciações e Amortizações	57	57	-
Tributos	456	396	15,15
<b>2.2. Administração dos Investimentos</b>	<b>3.182</b>	<b>3.173</b>	<b>0,28</b>
Pessoal e Encargos	2.325	2.377	(2,19)
Treinamentos/Congressos e Seminários	42	35	20,00
Viagens e Estadias	33	27	22,22
Serviços de Terceiros	501	456	9,87
Despesas Gerais	179	187	(4,28)
Depreciações e Amortizações	57	57	-
Tributos	45	34	32,35
<b>3. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2-3)</b>	<b>2.406</b>	<b>1.343</b>	<b>79,15</b>
<b>4. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (3)</b>	<b>2.406</b>	<b>1.343</b>	<b>79,15</b>
<b>B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+4)</b>	<b>7.139</b>	<b>4.733</b>	<b>50,83</b>

## Fatos Relevantes

Em 2019 foi aprovada a atualização do Regulamento do Plano de Benefícios I pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar – PREVIC, conforme Portaria nº 276, publicada no DOU nº 70, de 11/04/2019. As alterações realizadas visam em essência adequar o Plano de Benefícios às novas situações que vêm sendo estabelecidas pela legislação da Previdência Complementar, bem como melhorar a organização e o enunciado do texto regulamentar. Após terem sido aprovadas pelo Conselho Deliberativo, homologadas pelo Patrocinador BRDE e comunicadas aos participantes em setembro de 2018, as novas regras passaram a vigorar em abril de 2019, após a aprovação da PREVIC.

Tendo por base o resultado dos estudos de adequação das hipóteses atuariais do Planos de Benefícios I e II realizados em 2019, foram aprovadas a alteração da premissa Fator de Determinação de 98,2% para 100% no Plano de Benefícios I e a redução da premissa de taxa de juros de 4,40% a.a. para 4,10% a.a. nos Planos de Benefícios I e II, sendo mantidas as demais premissas biométricas, demográficas e econômicas vigentes nos Planos.

Em dezembro de 2019, foi aprovada a Destinação da Reserva Especial do Plano de Benefícios I constituída no encerramento do exercício de 2018, no montante de R\$32,5 milhões. Com início em janeiro de 2020 e duração estimada de até 36 (trinta e seis) meses, o Plano de Destinação aprovado prevê a redução parcial e temporária das contribuições de patrocinadores, participantes e assistidos.

No encerramento do exercício de 2019 foi constituída Reserva Especial no Plano de Benefícios I, em valor equivalente a 11,19% do montante de Provisões Matemáticas.

**ISBRE**  
FUNDAÇÃO BRDE DE PREVIDÊNCIA  
COMPLEMENTAR



*42 anos de dedicação a você!*

A versão completa do  
Relatório Anual de Informações 2019  
está disponível na área de acesso restrito do site  
[www.isbre.com.br](http://www.isbre.com.br)

Fundação BRDE de Previdência Complementar - ISBRE

Rua Uruguai, 155 – Conj. 1401 - CEP: 90.010-140 – Porto Alegre/RS

Fone: (51) 3014.8700 | Site: [www.isbre.com.br](http://www.isbre.com.br) | E-mail: [isbre@isbre.com.br](mailto:isbre@isbre.com.br)

Relatório publicado em 29/05/2020